

ESTADO IMPERIAL: CLASSES E DOMINAÇÃO

Théo Lobarinhas Piñeiro - UFF

Na historiografia brasileira, desde o século XIX, o estudo do Estado Imperial foi importante, ainda que de maneira exegética, na qual se buscava, na maioria das vezes, distinguir a sua formação do restante da América e demonstrar a superioridade do regime monárquico. No século passado, os estudos produziram importantes obras e, em quase todas, podem ser observadas a ausência da participação da sociedade civil na construção desse Estado.

Grande parte dos trabalhos afirma o papel dos proprietários escravistas – embora reconhecendo, a maioria deles – que tal preponderância só se consolidou com a abdicação do primeiro imperador – e afirmem, com o que concordo inteiramente, a importância do mercado de escravos como o elemento central para explicar a manutenção da unidade nacional após a ruptura com Portugal, razão pela qual a dominação seria exercida pelos **senhores de terras e escravos**.¹ Esta apreensão da dominação política do império, que tem suas raízes na obra de Caio Prado Jr., transfere para a monarquia uma pretensa preeminência dos “plantadores” desde os tempos coloniais, com a configuração política do Império reforçando o “sentido da colonização”².

Em direção oposta, Raimundo Faoro, que vê no *estamento burocrático*, entendido como o produto da permanência ou da transferência do mesmo segmento da antiga metrópole, o agente principal da construção do Brasil, pensa ser a predominância política e econômica do comerciante a característica do regime, uma vez que, no seu entender, com evidente exagero, o reinado de Pedro II foi “(...) o paraíso dos comerciantes(...)³

Para José Murilo de Carvalho, a construção do império e a manutenção da unidade estão ligadas ao tipo de dirigentes com que contou o império, gerando uma *elite política*, que se caracterizava pela homogeneidade – de formação e ideologia –, recrutada entre os setores dominantes da sociedade, embora ela fosse percebida a partir de sua formação

escolar e não por sua origem social e teria origem na continuidade existente no processo de independência, ou seja, foi produto de um processo político e seria identificada através da capacidade de decisão, correlacionada pelo autor à ocupação de cargos públicos.⁴

Ilmar Rohloff de Mattos faz a primeira abordagem gramsciana para interpretar a construção do Estado Imperial brasileiro, propondo, como explicação, o entendimento da dominação política no império, que seria exercida pela "*classe senhorial*", cuja formação teria ocorrido de forma concomitante ao próprio processo de construção do Estado Imperial, a partir de um núcleo integrado por **proprietários de terras e escravos**, cujo poder se reafirma com a expansão cafeeira, sem contudo deixar de considerar os de outras regiões, mas que incorpora outros grupos – burocratas, professores, médicos, jornalistas, literatos – que se identificam com o mesmo projeto político, baseado nos princípios de *Ordem* e de *Civilização*.⁵ O critério utilizado para construir tal conceito de classe é, segundo o autor, a trajetória dos agentes, seus elementos de coesão e identidade – aqui se aproximando de José Murilo de Carvalho –, que possibilitam apreender seus interesses e, assim, contrapor-se a outros grupos, com outros interesses.

Mesmo as análises sobre a sociedade imperial enfatizam os Senhores Escravistas e também, como não poderia deixar de ser, a questão da escravidão e, ainda que se refiram genericamente a outros grupos, não conseguiram romper com a dualidade Senhor-escravo. A influência da importância da noção de *ORDEM* impôs a todos os trabalhos um limite, que paga um tributo - em gradações diversas e de alguma forma - a uma visão simplificada da sociedade brasileira no século XIX, cristalizando uma polarização onde outras classes e grupos aparecem como meros coadjuvantes.

Aliás, esta preferência por perceber a diferenciação social no Brasil do século XIX a partir da noção de *Ordem* traz em si uma compreensão daquela sociedade próxima ao discurso da época, como uma "família ampliada", reproduzindo, na historiografia, a reificação do patriarcalismo, imagem que, no plano da auto-identificação, retrata aquela sociedade, em detrimento e aquém da sua divisão em classes. Não é por acaso que o processo político brasileiro aparece, nos estudos realizados sob tal ótica, reduzidos a uma

constante luta entre *centralização X descentralização*, vista como expressão de uma outra - *autoridade X liberdade*. Neste sentido, tais análises - apesar das matrizes teóricas, por vezes, distintas - incorporam uma problemática fixada, no século XIX, por um tratadista conservador, que afirmava ser a luta entre liberdade e autoridade, o eixo explicativo da história do país.⁶

Se, por um lado, é verdade que, no processo político do Império, a disputa entre centralização e descentralização tenha um lugar de destaque, isto não pode ser visto como produto de uma luta entre "elites" ou entre projetos idealizados, vinculados a uma dada visão de Estado. Tal disputa só pode ser apreendida como produto da luta entre classes sociais - e suas frações - pelo controle do Estado Imperial, classes essas que, na apreensão do seu conflito no seio da sociedade Imperial, têm que ser consideradas também em sua dimensão regional.

Entendo que tais "elementos de coesão" – da mesma forma que as disputas entre a centralização e a descentralização – devem ser considerados; entretanto, no meu entender, penso que eles reforçam a constituição da classe, não a criam. Na base de sua formação ainda estará o lugar ocupado na produção social, sendo esta "produção social", não uma visão estreita das formas de produção material, e sim, o conjunto de atividades que integram a realização da riqueza material, na medida em que produção, distribuição, troca e consumo fazem parte de um mesmo processo e submetido às mesmas determinações sociais.⁷

Ademais, mais adequado, me parece, seria entender a existência de um ***bloco no poder***, o que nos permitiria uma apreensão melhor da natureza e a dinâmica desse estado. Assim, o Império Brasileiro aqui é compreendido como produto de uma expansão e uma dominação, que se materializam na subordinação das diversas regiões aos interesses e à direção dos grupos dominantes do sudeste e, em especial, do Rio de Janeiro. Mais do que isto, ele é o produto da aliança de classes entre ***Proprietários de Terras e Escravos***, especialmente os da Província do Rio de Janeiro, com os ***Negociantes***, principalmente os estabelecidos na Corte, ao mesmo tempo em que se incorpora, no interior do próprio Estado, no processo de (re)centralização, classes e frações de classe de outras regiões do

país. Neste sentido, entendo ser o que normalmente se chama de **classe dominante** no Império formada por diferentes segmentos sociais, ou melhor, "**frações de classe**", onde se deve considerar também a diferenciação regional, o que viria comprovar o seu caráter heterogêneo. Por outro lado, tal composição não significa que haja uma homogeneização no interior do **bloco no poder**. Pelo contrário, a diversidade de sua extração social explicaria o seu conflito, na medida em que existem também diferentes interesses - e posições - em seu interior. O processo de construção de uma **hegemonia** por uma delas transforma as outras em "**frações dominadas da classe dominante**".⁸

Assim, a compreensão da consolidação do Estado Imperial remete necessariamente ao estudo dos agentes que dela participaram e que engendraram tal aliança, buscando apreender o papel de cada um deles, sua participação política, sua organização, os instrumentos econômicos e políticos que utilizaram, para tentar reconstruir a sua ação enquanto um trajeto social.

Deste modo, penso que é preciso compreender que a aliança que constrói o Império é construída entre classes de extração social distinta. E mais, ao falar-se de uma aliança entre **Negociantes e Proprietários de terra e escravos**, deve-se ter claro o que está se dizendo por tais termos, que não são simples denominações. Antes, são conceituações de classes - ou frações de classes -, cujo conteúdo aponta para suas especificidades, tanto no que se refere à sua posição na produção social - logo na base da construção do conceito de classe social - bem como aos seus interesses, sua ação e sua trajetória na sociedade brasileira do século XIX.

Tal afirmação significa que entendo não se poder colocar, no mesmo "lugar social" todos os grupos que se caracterizam pela **propriedade** para não elidir as diferenças existentes entre os diversos tipos de proprietários, a partir de uma distinção, entre os proprietários de si mesmos e os proprietários de pessoas, coisas, bens e capital⁹. No âmbito da propriedade rural, a historiografia já demonstrou as diversas distinções entre os mais variados tipos de proprietários, fazendo com que os denominados Proprietários de Terras e

Escravos sejam, na verdade, uma das frações da classe de proprietários de terra, embora represente, sem qualquer sombra de dúvida, seu segmento mais importante.

Da mesma forma, nos grupos ligados às atividades urbanas, existe uma diferenciação entre o **comerciante** e **negociante**¹⁰, que não se reduz a um jogo de palavras ou se indica somente pelo volume da riqueza, e sim, que se define efetivamente pela atividade exercida.

Efetivar o estudo do papel desses segmentos urbanos, em particular o que compreendo como sua fração dominante - os **Negociantes** - e seu papel na vida política do Império, parte de entender o Estado em sua concepção "ampliada", segundo Gramsci. Por outro lado, é visto também não apenas como o exercício do poder de uma determinada classe - o que seria empobrecedor -, mas como o "lugar" de confronto entre as classes dominantes - e suas frações -, organizadas hierarquicamente, o que, apesar de se apresentar como uma unidade, oculta a luta travada quotidianamente no interior do próprio Estado, transformando o exercício do poder no próprio processo de construção e redefinição deste Estado, processo este que, por isso mesmo, é "(...) permanentemente inacabado e em contínua interação cambiante com outras dimensões que com ele [Estado] integram uma dada configuração social."¹¹

Além disto, é mister considerar que o Estado não é, nem uma "entidade intrínseca", dotado de autonomia absoluta frente aos grupos sociais, nem um "instrumento passivo", controlado por uma única classe - ou fração -, e sim, o que permite apreender sua dinâmica, percebê-lo "(...) como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ela se expressa, de maneira sempre específica, no seio do próprio Estado."¹²

Entendo que é necessário, para uma melhor compreensão do Estado Imperial brasileiro, aprofundar a utilização do conceito de "estado ampliado"¹³, apreendendo que, diferentemente dos estudos até hoje publicados, a sociedade civil brasileira não era "amorfa", "inexistente" ou "fraca", mas em formação, embora com força suficiente para

participar da construção e controle deste Estado e se expressando nas suas diversas organizações, seja dos grupos sociais rurais, seja dos urbanos.

NOTAS

- ¹ - Manoel Maurício de Albuquerque. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Graal, 1981; Denio Nogueira. *Raízes de uma nação: um ensaio de história sócio-econômica comparada*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988; Mário Maestri. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo, Contexto, 1997; Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979; Wilma Peres Costa. "A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850)". In: Szmrecsányi, Tamás e Lapa, José Roberto do Amaral (orgs). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/ABPHE, 1996, p. 147-159; Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil...*, 18ª ed., Brasiliense, s/d.
- ² - Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1969, cap. 1.
- ³ - Raimundo Faoro. *Os Donos do Poder: a formação do patronato brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1975, vol. 2, p. 437.
- ⁴ - José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 21 e 39 e segs.
- ⁵ - Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Squarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987, p. 3-4 e 92.
- ⁶ - Justiniano José da Rocha. "Ação, Reação e Transação. Duas palavras acerca da atualidade política no Brasil". In: Raimundo Magalhães Junior. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, p. 164.
- ⁷ - Karl Marx. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.
- ⁸ - Sonia Regina de Mendonça. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- ⁹ - Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Squarema*. Ob. cit.
- ¹⁰ - Por *Negociante*, estou entendendo o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. Uma de suas características é a multiplicidade e diversidade¹⁰ de suas atividades, o que permite que ele detenha uma posição privilegiada na sociedade brasileira e seja capaz de influir decisivamente tanto nos rumos da economia e na política do país. Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc. Em suma, o que se denomina *Negociante*, diferenciando-o do simples comerciante, é o proprietário de capitais que atua na esfera da circulação, do financiamento, investe no tráfico de escravos e mesmo no abastecimento, controlando os setores-chaves da economia urbana e, pela sua posição no fornecimento da mão-de-obra, influenciando diretamente na economia escravista colonial. Por outro lado, é fundamental que se entenda que trabalho com a atividade principal do agente, não importando se, ao longo de sua trajetória, ele investiu na produção escravista, para exportação ou para abastecimento de gêneros, uma vez que o capital do *Negociante* segue a lógica do mercantil.
- ¹¹ - Sonia Regina de Mendonça. "Estado e Exclusão Social no Brasil Agrário". In *À MARGEM*, nº 3, Rio de Janeiro, Fronteiras, 1993, p. 16.
- ¹² - Nicos Poulantzas. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 147.
- ¹³ - Antonio Gramsci. *Concepção Dialética da História*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987. _____ . *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.